

371 Senadores do PMDB brecam abertura de CPI

Bancada fica contra comissão, o que impede oposição de reunir as 27 assinaturas necessárias

CHRISTIANE SAMARCO
e EUGÉNIA LOPES

BRASÍLIA – O PMDB se pultou ontem as esperanças da oposição de reunir, nos próximos dias, as 27 assinaturas de senadores necessárias para instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de corrupção no governo. Nem os adversários do Palácio do Planalto contestam a avaliação dos governistas de que, pelo menos a curto prazo, beira a zero o risco de abertura da CPI. “Depois de tanta adrenalina, agora eu estou respirando aliviado”, resumiu ontem o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), ao salientar que a virada foi completa, com as votações de projetos importantes tanto na Câmara quanto no Senado. “Saímos da pauta da corrupção”, comemorou.

O que deu tranquilidade ao líder foi o placar da reunião da bancada do PMDB no Senado: apenas 4 dos 18 senadores do partido foram a favor da CPI, em votação secreta. O número é inferior até mesmo às seis assinaturas de peemedebistas no requerimento da oposição. A reunião foi montada para facilitar a vida de senadores que estavam sendo pressionados pelos diretórios do partido em seus Estados a apoiar a CPI.

Cassildo Maldaner (PMDB-SC) foi um dos que mais insistiu na tese de que a direção do partido precisava dar aos parlamentares um instrumento para reagir à pressão pró-CPI. “Sou a favor, mas sigo a orientação do partido”, justificou Maldaner satisfeito, ao fim da reunião.

“Com esta decisão do PMDB, será muito difícil criar a CPI”, admitiu o líder do bloco de oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE). “O momento é de avanço do governo, que se organizou e partiu para cima do seu objetivo, que é inviabilizar a CPI”, definiu o líder do PPS na Casa, Paulo Hartung (ES). Os governistas acreditam que, depois da Semana Santa, ninguém mais vai falar nessa investigação. “Este assunto morre na quaresma”, apostou o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA).

A oposição discorda dessa avaliação. “O resultado é uma obra bem-sucedida do governo,

ARRUDA DIZ
QUE, AGORA,
RESPIRA
'ALIVIADO'

em uma nova fase da coordenação política, mas não é definitiva”, avaliou Hartung. “Esta CPI vai assombrar o governo até o último dia de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso”, emendou o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP). Os dois avaliam que a crise na base governista é profunda e, por isso, serão muitas as oportunidades de reapresentar o pedido de CPI.

“Vamos continuar insistindo na coleta de assinaturas porque a CPI não tem data marcada”, disse Dutra, convencido de que a cada embate entre o Planalto e seus aliados, “pingarão” novas assinaturas no requerimento. “Mas dificilmente teremos uma crise política mais grave do que esta”, desdenha Geddel. Segundo ele, alguns dos 12 rebeldes do PMDB que apoiaram a CPI na Câmara já estariam retirando suas assinaturas.

Brigas – O resultado da reunião do PMDB agradou ao governo, mas o placar favorável não evitou alguns embates. O primeiro item da pauta do encontro foi a conveniência de o partido fechar questão em torno de uma posição única da bancada. A resistência foi geral, mas partiu sobretudo dos seis senadores que já haviam dado suas assinaturas ao inquérito.

“Fomos pressionados de todo jeito, pelo governo e pela cúpula do partido, mas ninguém vai retirar a assinatura que já deu à CPI”, relatou, irritado, Maguito Vilela (GO), depois de terminado o encontro.

Adiamento – A vitória do governo no Senado, brecou o avanço da oposição na Câmara. O PL adiou sua decisão oficial para a próxima semana, mas tanto o governo quanto líderes do partido já dão como certa sua negativa à CPI. “Não íamos ter ganho político nenhum com essa CPI. Nem sequer conseguiríamos pôr um representante lá dentro, porque o partido é muito pequeno”, concluiu, pragmático, o deputado Luiz Antônio de Medeiros (PL-SP), que fez a aproximação do líder Valdemar Costa Neto (SP) com Fernando Henrique.

“Corromperam a CPI da Corrupção”, protestou o deputado Dr. Hélio (PDT-SP), irritado com os rumores de que cargos e verbas estariam sendo negociados entre o governo e os rebeldes da base aliada. “Dá até vontade de retirar a minha assinatura, para não valorizar o passe dos chantagistas.”

O porta-voz da Presidência, Georges Lamazière, garantiu, no entanto, que o governo não ofertou cargo algum ao PL. “O presidente não pediu nada no encontro (com Medeiros e Costa Neto) e fez questão de frisar que não esperava nenhuma mudança de posição de quem tivesse assinado o requerimento.”

Dida Samain/AF